

Economista diz que se arrepende de ter votado em Bolsonaro e afirma que, diante das dificuldades do governo em resolver as questões fiscais, o país poderá avançar bem menos do que o esperado. Ele prevê alta de 3% do PIB neste ano, mas vê 2,5% como mais provável

“O Brasil não cresce há 15 anos. Isso é um crime”

» ROSANA HESSEL » VICENTE NUNES

A confusão em torno do Orçamento de 2021, que abre uma infinidade de crimes de responsabilidade fiscal, é apenas a ponta do iceberg para os problemas fiscais do país, que estão cada vez mais graves e fazem o dólar subir e os juros futuros dispararem. O alerta é do economista Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor de Política Monetária do Banco Central e CEO e sócio da gestora de recursos Mauá Capital. Para ele, mantido o quadro atual, o país vai trilhar, rapidamente, o mesmo caminho da Grécia, que foi obrigada a adotar medidas duríssimas, como cortes de salários e de aposentadorias em mais de 30%. No entender dele, não é mais possível o Estado custar 40% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto, na média dos países emergentes, essa relação varia entre 15% e 20%.

Esse inchaço, inclusive, é um dos motivos para o baixo crescimento econômico do país. “O Brasil não cresce há 15 anos. Isso é um crime. O país está, de tal maneira, sufocado. Nesse mesmo período, o mundo cresceu entre 3,5% e 4% ao ano. O Brasil ficou absolutamente para trás, o que só contribuiu para aumentar a pobreza e as desigualdades sociais”, lamenta. Na avaliação de Figueiredo, os gastos com a pandemia do novo coronavírus foram necessários, tanto que quase todos os países fizeram pacotes fiscais, e muitos até maiores do que o brasileiro. Contudo, é preciso enfrentar a realidade e as consequências do aumento elevado do endividamento público, que já está em 90% do PIB. Por isso, não é possível mais aventuras no Orçamento. “Nesse processo, todo mundo ficou mais pobre. O brasileiro ficou, em média, de 20% a 25% mais pobre. Todos, inclusive, a arrecadação pública, perderam”, afirma.

Com a antecipação dos debates eleitorais e independentemente de quem vencer para a Presidência da República em 2022, essa agenda será inevitável e vai exigir as verdadeiras prioridades do Orçamento, com um real ajuste fiscal. “Um país que gasta o que arrecada em todas as esferas públicas, 40% do PIB, não é possível que não consiga fazer um esforço que nunca fez, corte de 10% a 15% das despesas”, diz.

Figueiredo reconhece que, apesar de o presidente Jair Bolsonaro ter prometido essa agenda, houve muita decepção e muitas “bolas nas costas” de integrantes do governo no ministro da Economia, Paulo Guedes. Não por acaso, o sócio da Mauá confessa que não pretende votar no chefe do Executivo nas próximas eleições. Contudo, diz que não se arrepende por ter votado contra o PT. “Eu estou muito decepcionado. Mas, infelizmente, não estamos falando do melhor candidato na ocasião. Estamos falando do menos pior”, frisa. Ele diz ainda que, apesar da polarização criada com a volta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao cenário político, ainda é possível construir uma alternativa de centro para 2022. A seguir os principais trechos da entrevista de Figueiredo concedida ao Correio.

O Orçamento de 2021 aprovado pelo Congresso está à beira de um crime de responsabilidade fiscal?

Se for sancionado do jeito que foi aprovado, sim, mas não será, porque vai ser modificado. Não é apenas uma questão de crime de responsabilidade, é um Orçamento inexequível. Claro que tem crime de responsabilidade, sim. Mas não é um crime de um do governo, veio do Congresso dessa forma. O governo tem que reagir do jeito que é possível, e me parece que está se chegando a um entendimento para que isso (a sanção) não aconteça.

Sempre se falou que o Orçamento do Brasil era fictício, mas, agora, chegamos ao extremo. Isso não é um perigo para um país com a condição fiscal do Brasil?

A verdade é que o Brasil teima em querer resolver seus problemas por meio das consequências dos problemas. O Brasil não está, pelo menos não esteve até agora, disposto a ir na causa do problema.

E qual é a causa do problema?

A causa do problema é que o Estado é maior do que o país. O Brasil tem um Estado que custa 40% do PIB (Produto Interno Bruto). O serviço que o Estado presta é ruim, para dizer o mínimo. O Estado faz absolutamente tudo, então, quando você faz tudo, você não faz nada direito. E, simplesmente, tornou-se muito maior do que o país é capaz de aguentar. Até por isso, a gente não para de fazer deficit, porque o país não consegue gerar riqueza suficiente para pagar esse Estado. A gente vem, há 30, 40 anos, aumentando o gasto público nas três esferas. A maneira de resolver é a fácil: arrecada mais do lado privado, vai aumentando a carga tributária. Nós dobramos a carga tributária nesse período, só que isso foi para pagar gasto corrente, ou seja, para acomodar

despesa. Tem um momento, porém, que fica inviável. O Brasil não cresce há 15 anos. Isso é um crime. O país está, de tal maneira, sufocado. Isso é inexorável. Enquanto o mundo cresceu, nesse período, entre 3,5% e 4% ao ano, o Brasil ficou absolutamente para trás.

E quem mais paga por isso são os mais pobres. Tanto é que se está vendo o aumento da pobreza de forma assustadora...

Não tenha a menor dúvida disso. Um país que não cresce não consegue reduzir sua pobreza. Pelo contrário, ela aumenta. Então, tem que atuar na causa, que é reduzir o gasto público. De novo: um país que gasta o que arrecada em todas as esferas públicas, 40% do PIB, não é possível que não consiga fazer um esforço, que nunca fez, de corte de 10% a 15% das despesas. O que acontece nas nossas despesas em casa? Quando precisa, a gente aperta. Em uma empresa, quando precisa, ela aperta. Só que, agora, o que aconteceu? No ano passado, o Brasil já tinha um endividamento que era o maior de todos os países emergentes. De longe, o maior: 74,3% do PIB (em dezembro de 2019). Nós enfrentamos uma pandemia, na qual o governo gastou mais de R\$ 700 bilhões. É meritório esse gasto, porque muita gente ia morrer de fome. E muita empresa ia quebrar. Esse gasto não é criticado. Talvez, pode-se dizer que foi mais do que deveria. Se comparado com os países emergentes, gastou mais do que a média, é verdade. Mas o gasto em si não é criticado. Ah, vai aumentar a (relação) dívida-PIB. Mas, em um caso como esse, é um caso de guerra, paciência. É um caso de emergência absoluta. Só que, nesse processo, todo mundo ficou mais pobre. O brasileiro ficou, em média, de 20% a 25% mais pobre. Todos, inclusive, a ar-

Sabrina Almeida/Divulgação



recadação pública, perderam. Só que o gasto público não pode diminuir. E pior, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) diz que não pode reduzir jornada e salário (dos servidores). Mas em que mundo a gente está vivendo?

E como sair desse quadro dramático?

O Brasil, infelizmente, só age direito quando está à beira do precipício. É o nosso caso agora. Tem país que se joga no precipício de peito aberto, como a Argentina, a Venezuela, o Equador, vários outros. Mas o Brasil nunca fez isso. Eu suspeito, pelos indícios, que também não será dessa vez que o país vai cair no precipício. O que acontece é que, se mexer nas causas, se fosse fácil, já seria feito. Tem um bilhão de lobbies, que foi o caso dessa brincadeira recente com o Orçamento. Foi um monte de gente querendo emenda, e ficou um negócio inviável. Existe uma discussão que eu acho muito equivocada. Se discute o teto de gasto e quanto se pode gastar mais. Mas o que é preciso passar a discutir, que tem mérito e é razoável, é o seguinte: quais são os gastos prioritários e os menos prioritários. Quando se tem uma situação em que apareceu uma prioridade tão emergencial, eu tenho que reduzir os gastos não-prioritários. É simples assim. O mundo é assim. Só no setor público brasileiro que não pode. Tem a Constituição, o STF não deixa. É uma loucura.

A equipe econômica fez esse discurso no começo do governo, de que havia má alocação de recursos, que era preciso rediscutir os gastos. Mas passamos dois anos e meio, e nada foi feito.

Sem dúvida, esse foi o discurso da equipe econômica desde o início, e ela tentou fazer isso. Teve um sucesso razoável com a refor-

ma da Previdência. Foi uma boa reforma. Se olharmos os gastos discricionários do governo, reduzi-ram fortemente no primeiro ano. Mas 2020 foi o ano da pandemia. Não adianta acharmos que teríamos uma coisa radicalmente positiva de reforma estrutural. A agenda foi a da pandemia, tanto do Congresso quanto do governo. O problema foi não tratar, da pandemia para frente, as questões estruturais. Um país que está muito endividado, qual-quer alternativa a mais de gastos, por conta de situações emergenciais, obrigatoriamente, precisa passar por redução de outras despesas. Um país típico emergente gasta de 15% a 20% do seu PIB, mas 40% não é possível. Nesse sentido, a equipe econômica ficou firme tentando fazer o possível. Sem dúvida, dentro do governo, há correntes contrárias, e a equipe econômica acabou levando uma série de bolas nas costas.

E, agora, estamos vendo uma disputa clara entre o presidente da Câmara, Arthur Lira, que é líder do Centrão, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, em torno do Orçamento...

Para mim, sinceramente, me parece que o Arthur Lira está mais alinhado com o Paulo Guedes do que várias pessoas de dentro do governo. Tem muita gente do governo com quem eles acertam e combinam, mas que, depois, fica fazendo o trabalho inverso no Congresso. O que me parece, sendo assim bastante sincero, é que existe muito mais um desalinhamento dentro do governo do que fora dele. Claro que o Congresso vai fazer o possível para gastar mais. As lideranças do Congresso, principalmente, o Arthur Lira, mas também o Rodrigo Pacheco não ficam muito atrás. Estão querendo, minimamente, que o Or-

çamento seja uma coisa organizada e que não tenha um rom-pante de estourar o teto de gas-tos. E, na minha visão, o teto é o último dos moicanos, e não é suficiente. De longe, não é suficien-te (para equilibrar as contas públi-cas). Simplesmente, bloqueia o gasto absurdo. Mas, com o teto, a situação fiscal não está melho-rando. Só está segurando para que os gastos não estourem. O que precisa ser feito é um traba-lho sério de reduzir as causas dos problemas, que é o excesso de gasto público. Isso passa, tam-bém, pelo próprio volume de isenções (fiscais) que existem. São quase R\$ 400 bilhões por ano. Tem que pensar no sentido am-plo. As três esferas gastam 40% do PIB. Tem que reduzir isso aí. Se reduzir 5%, 10%, está resolvida a conta. Não são 30%. Em países que entraram em uma crise fiscal realmente de verdade, como a Grécia, os cortes foram brutais. Estamos falando de cerca de 30% de redução no salário das pes-soas, de aposentadorias, de tudo, perda de direitos. O Brasil está adiando esse momento, mas uma hora vai chegar aqui.

Vamos nos deparar com um momento Grécia? E quando isso pode ocorrer?

Lembro que, na época da pre-sidente Dilma (Rousseff), cheguei a dizer exatamente isso: o Brasil está no caminho da Grécia. Não vou dizer que o país está, ho-je, no caminho da Grécia, porque o que foi aprovado no Orçamen-to, e eu tenho bastante convicção, vai ser arrumado. Mas isso não melhora a situação fiscal de jeito nenhum. Até continua pio-rando, num passo que ainda dá para um novo governo arrumar. Não é uma escalada enorme. E is-so tudo, que muitas vezes não transparece, vai ter um custo gi-gantesco. É essa discussão que

O Brasil, infelizmente, age direito quando está à beira do precipício. É o nosso caso agora"

"A elite brasileira é muito ruim. Não deixa o Brasil prosperar"

"Estamos chegando a um ponto em que essa turma toda vai perceber que, se continuar como está, todos perdem"

"Fisiológico ou não, o Centrão sabe que, para tudo que ele almeja, é preciso andar na normalidade"

vem, desde agosto do ano passa-do, impedindo que o país se recu-pere. Está gerando um choque gi-gante. É só olhar para a taxa de câmbio, que está uma loucura. Está completamente fora do pre-ço. Isso reflete o risco político que estamos vendo, essa bateção de cabeça que não para de aconte-cer. Reflete incerteza. Como a Bolsa brasileira reflete, assim co-mo a curva de juros.

E isso trava o crescimento?

Muito, porque tem uma coisa que os economistas chamam de condições financeiras. O Banco Central atua na taxa básica de ju-ros (Selic). Agora, o crescimento depende, a partir da taxa básica, das condições financeiras. Quan-do há uma situação de muita aversão a risco, que é o caso, todo mundo bota as barbas de molho. Com receio, assim, as condições financeiras ficam muito apertadas. Então, mesmo que a taxa de juros seja baixa, não é possível es-palhar liquidez na economia.

O Banco Central iniciou o ciclo de alta dos juros. Isso ajudará a conter as incertezas?

Estamos falando de uma taxa de juros ainda baixa. Se o Banco Central seguir o que tem dito, ao final deste ciclo de alta, a Selic en-cerrará o ano entre 4% e 5% (ante os 2,75% atuais). É para lá que o BC está indo, o que, em todas as métricas, ainda mostra uma taxa de juros estimulativa. Não é ex-cepcionalmente estimulativa. Essa capacidade do Banco Central perdeu porque tivemos choques no câmbio. E 80% desses cho-ques são explicados pelo risco fis-cal e pelo risco político. Infeliz-mente, o BC teve que subir os ju-ros e, se olharmos o que está acontecendo com a inflação, essa alta é resultado desses choques, porque estamos com uma ociosi-dade na economia como nunca